

O presente despacho produz efeitos a partir de 28 de julho de 2015, ficando ratificados todos os atos praticados, pelo Diretor do Núcleo de Núcleo de Identificação, Qualificação e Gestão de Remunerações no âmbito das matérias por ela abrangidos, ao abrigo e nos termos do artigo 137.º do CPA.

14 de abril de 2016. — A Diretora da UPC, *Maria Fernanda Pereira da Silva Chora*.

209524267

SAÚDE

Gabinete do Secretário de Estado da Saúde

Despacho n.º 5732/2016

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 44.º e no artigo 46.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e no uso das competências que me foram subdelegadas pelo despacho n.º 5273/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 76, de 19 de abril de 2016, subdelego no conselho diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., com a faculdade de subdelegação nos seus membros, a competência para a prática de todos os atos a realizar no âmbito do procedimento pré-contratual de concurso limitado por prévia qualificação, relativo à contratação de bens e serviços para a gestão do Centro de Controlo e Monitorização do Serviço Nacional de Saúde.

2 — O presente despacho reporta os seus efeitos à data de produção de efeitos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2016, de 23 de março, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados no âmbito dos poderes ora subdelegados.

19 de abril de 2016. — O Secretário de Estado da Saúde, *Manuel Martins dos Santos Delgado*.

209522299

Despacho n.º 5733/2016

Através do Despacho n.º 3155/2016, publicado no *Diário da República*, n.º 42, de 1 de março, foi criada a Comissão de Fiscalização Externa dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (CFE SPMS), incumbida de apoiar o membro do governo responsável pela área da saúde no exercício dos seus poderes de tutela, supervisão e controlo da política de centralização da aquisição de bens e serviços, desenvolvida pela Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E., no âmbito dos serviços prestados aos estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde, bem como aos órgãos e serviços do Ministério da Saúde e a quaisquer outras entidades, quando executem atividades específicas da área da saúde.

De acordo com o disposto no n.º 3 do referido Despacho, a CFE SPMS é composta por três personalidades de reconhecido mérito, uma das quais preside, nomeadas por despacho do membro do Governo responsável pela área da saúde.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 3 do Despacho n.º 3155/2016, publicado no *Diário da República*, n.º 42, de 1 de março, determino o seguinte:

1 — São nomeados membros da Comissão de Fiscalização Externa dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (CFE SPMS):

- Eng. Luís Augusto Sequeira, que preside;
- Dr. António Manuel Leal Lopes;
- Dr.ª Rosa Maria Bento de Matos Sécio Raposeiro.

2 — O presente Despacho produz efeitos a partir de 11 de abril de 2016.

20 de abril de 2016. — O Secretário de Estado da Saúde, *Manuel Martins dos Santos Delgado*.

Curriculum Vitae (abril 2016)

Nome: Luís Augusto Sequeira

Data Nascimento: 23 de fevereiro de 1947

Formação Académica

Licenciatura em Administração Militar, pela Academia Militar (1968);

Licenciatura em Finanças, pelo ISEG — Lisboa (1976);

Licenciatura em Engenharia Informática, pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (1979);

Pós-graduação em França (CEPIA/INRIA): Implantação, Desenvolvimento e Controlo dos Sistemas de Gestão Informatizados (1981) e Conceção de Sistemas de Informação Automatizados (1984);

Estágios em França (Fundação SOPHIA ANTIPOLIS): Télécommunications et Entreprise (1990); Maitrise des Risques Informatiques (1992); Nouvelles Techniques de Télécommunications Téléactivités (1996); Méthodologies d'Aide aux Décision — Systèmes d'Information (2000).

Actividade Docente

Professor Catedrático da Academia Militar em Informática de Gestão e Economia de empresas (1983 a 1987);

Fundador do Centro de Estudos de Administração do Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM) (1999);

Professor Associado da Universidade Moderna de 1993 a 2003 (Curso de Organização e Gestão de Empresas);

Professor convidado do ISCTE e da Universidade Lusíada;

Atividade Profissional

Presidente do Conselho de Administração da EPUL — Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (2009-2013);

Secretário-Geral do Ministério da Defesa Nacional (14 out 2005-31 out 2008);

Diretor dos Serviços de Finanças do Exército (de 11 set 2000 a 30 set 2004);

Consultor de empresas, designadamente: INDEP, EP; SOMIL, SA; MECTEL, SA; FILOR, L.ª, CDME Portugal, SA; LUSOMAX, L.ª; Hospital Pulido Valente; INFARMED; Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, SA.

Outras Atividades

Membro da Ordem dos Economistas; Membro da Ordem dos Engenheiros;

Presidente do Conselho Fiscal da Revista Militar;

Vogal do Conselho Fiscal da Associação Portuguesa de Consultores Seniores;

Vogal do Conselho Fiscal da “Competitive Intelligence & Information Warfare Association” — Club (CIWAC);

ISGec — Information Systems Governance European Club;

SEFIN — Associação Portuguesa de Consumidores e Utilizadores de Produtos e Serviços Financeiros;

Associação 25 de Abril (sócio fundador)

IDH — Instituto Humanismo e Desenvolvimento.

Nota curricular

António Manuel Leal Lopes reúne grande experiência como economista na área da saúde. Na qualidade de dirigente da Administração Pública, durante nove anos, na categoria de Diretor-Geral do Ministério dos Assuntos Sociais, repartiu as suas funções entre a administração da Federação das Caixas de Previdência e Abono de Família (FCPAF), onde implementou e coordenou, a nível nacional, a autonomização dos serviços de ação médico-social da Previdência (1975 e 1976) e a administração dos Serviços Médico-Sociais (SMS), após a sua transferência para a área da saúde (1977), tendo presidido à sua Comissão Instaladora (1977 a 1983).

Integrou, o Grupo de Trabalho que elaborou o ante projeto das bases do Serviço Nacional de Saúde (1978).

Integrou, também, a Comissão Coordenadora de Financiamento dos Serviços de Saúde (1978), incumbida de elaborar, globalmente e de forma unificada, o orçamento da saúde, na esfera do Ministério dos Assuntos Sociais.

Representou Portugal na reunião Luso-Espanhola sobre problemas de saúde, realizada em Madrid (1978). Representou, também, Portugal no Conselho da Europa, nos sectores da Segurança Social e da Saúde, tendo, ainda, participado nas negociações da Convenção Luso Alemã da Segurança Social em Bonn (1980) e na Comissão Mista Luso Francesa de Segurança Social, em Paris (1983).

No seu curriculum constam nove anos nas áreas de gestão pública nos sectores de saúde e segurança social.

Desde 1983, que desenvolve a consultoria económica financeira, no sector da saúde, como profissional liberal, tendo integrado o Conselho Técnico da Portugal Telecom, Associação de Cuidados de Saúde (PTACS) (1995 a 2010) e prestado serviços ao Centro Médico Nacional, L.ª (NMC), (1985 a 1994), na área específica da hemodiálise, à Associação Nacional das Farmácias (1995 a 2011), à Associação Portuguesa de Analistas Clínicos (2009 a 2013) e à Ordem dos Farmacêuticos (2010 a 2015) e a uma variedade de empresas privadas no sector da saúde.

Foi louvado, publicamente, em *Diário da República*, por três vezes, nos mandatos do I e II Governos Constitucionais.

Foi agraciado, por duas vezes, com condecorações.

Tem vários estudos divulgados, no sector da saúde, e foi autor de uma obra “Reflexão sobre as Políticas de Saúde em Portugal” (1971/2001), publicada em 2002.

Licenciou-se em Economia, pelo Instituto Superior de Economia, em 1973.

Nota curricular

I — Dados pessoais:

Nome: Rosa Maria Bento de Matos Sécio Raposeiro;
Data de Nascimento: 09 de outubro de 1965;
Naturalidade: Abrantes.

II — Formação Académica e Específica:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, variante de Ciências Jurídicas (1984-1989);

Mestranda em Direito e Economia — Contratação Pública, parte curricular concluída (2015-2016);

Pós-graduação em Direito e Prática da Contratação Pública, Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (2013);

Curso de Alta Direção em Gestão Unidades de Saúde para Gestores, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (2013-2014).

III — Percurso Profissional:

Desde 26 de novembro de 2015 Adjunta do Gabinete do Ministro da Saúde do XXI Governo Constitucional na área jurídica, articulação do processo legislativo e substituta da Chefe do Gabinete nas suas ausências e impedimentos;

Desde 1 de maio de 2015 técnica superior especialista em orçamento e finanças públicas do mapa de pessoal da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 58/2015, de 21 de abril;

De 30 de outubro de 2015 a 25 de novembro de 2015, Adjunta do Gabinete do Ministro da Saúde do XX Governo Constitucional na área jurídica e substituta do Chefe do Gabinete nas suas ausências e impedimentos;

Entre fevereiro de 2015 e outubro de 2015, Adjunta do Gabinete do Ministro da Saúde do XIX Governo Constitucional, na área jurídica, articulação do processo legislativo e substituta do Chefe do Gabinete nas suas ausências e impedimentos;

De setembro de 2012 a janeiro de 2015 Técnica Especialista, com funções de assessoria jurídica no Gabinete do Ministro da Saúde, do XIX Governo Constitucional;

De 2003 a 2012, Diretora de Serviços de Gestão de Recursos da Direção-Geral do Tesouro e Finanças;

Entre 1998 e 2003 Chefe de Divisão de Recursos Humanos, da Direção-Geral do Tesouro;

De 1991 a 1998 exerceu funções de Jurista, no Gabinete Jurídico da Direção-Geral do Tesouro;

No ano letivo de 1990-1991 foi professora do ensino secundário;

Entre 1989 e 1991 exerceu advocacia;

No âmbito de outras atividades profissionais entre 2008 e 2011 exerceu o cargo de Vogal do Conselho Fiscal da Parque Expo e de 2005 a 2006 o de Presidente da Comissão de Fiscalização da Casa Pia de Lisboa.

Formadora em diversas ações de formação profissional na área do direito administrativo e financeiro e Presidente de diversos júris de concursos de pessoal e para aquisição de bens e serviços e assegurou a representação daquela Direção-Geral em diversos grupos de trabalho.

Louvor n.º 991/2015, do Ministro da Saúde do XIX Governo Constitucional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 221, de 11 de novembro de 2015.

Louvor n.º 1334/2015, do Ministro da Saúde do XX Governo Constitucional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 242, de 11 de dezembro de 2015.

209525303

Direção-Geral da Saúde

Despacho n.º 5734/2016

Ao abrigo do disposto no n.ºs 7, 8 e 10 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 82/2009, de 2 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 135/2013, de 4 de outubro, renovo a comissão de serviço da Delegada de Saúde do ACES Grande Porto III — Maia/Valongo, Dr.ª Ângela Salette de Menezes Alves, Assistente Graduado da Carreira Especial Médica (área de Saúde Pública), ouvido o Diretor Executivo do referido ACES e com parecer favorável da Delegada de Saúde Regional e da Delegada de Saúde Coordenadora do mesmo ACES.

O presente despacho produz efeitos a 3 de janeiro de 2016.

7 de abril de 2016. — O Diretor-Geral da Saúde, *Francisco George*.
209524842

Despacho n.º 5735/2016

Ao abrigo do disposto no n.º 7 e 8 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 82/2009, de 2 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 135/2013, de 4 de outubro, a Assistente Graduada Sênior da Carreira Especial Médica (área de Saúde Pública), Dr.ª Helena Maria Amorim Costa Couto cessa as funções que vinha exercendo como Delegada de Saúde, no ACES Entre Douro e Vouga I Feira/Arouca e é designada, em Comissão de Serviço, Delegada de Saúde do ACES Grande Porto VIII Espinho/Gaia, sob proposta do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde Norte, I. P., ouvido o Diretor Executivo do referido ACES e com parecer favorável da Delegada de Saúde Coordenadora do mesmo ACES e da Delegada de Saúde Regional do Norte.

O presente despacho produz efeitos a 2 de outubro de 2015.

Revogo o meu Despacho n.º 15140/2015, de 25 de novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 247, de 18 de dezembro de 2015.

7 de abril de 2016. — O Diretor-Geral da Saúde, *Francisco George*.

209524867

Despacho n.º 5736/2016

Ao abrigo do disposto no n.ºs 7, 8 e 10 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 82/2009, de 2 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 135/2013, de 4 de outubro, renovo a comissão de serviço da Delegada de Saúde do ACES Grande Porto III — Maia/Valongo, Dr.ª Laurinda Pereira de Queirós, Assistente Graduado da Carreira Especial Médica (área de Saúde Pública), sob proposta do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde Norte, I. P., ouvido o Diretor Executivo do referido ACES e com parecer favorável da Delegada de Saúde Regional e da Delegada de Saúde Coordenadora do mesmo ACES.

O presente despacho produz efeitos a 3 de janeiro de 2016.

7 de abril de 2016. — O Diretor-Geral da Saúde, *Francisco George*.

209524883

Despacho n.º 5737/2016

Ao abrigo do disposto no n.ºs 7, 8 e 10 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 82/2009, de 2 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 135/2013, de 4 de outubro, renovo a comissão de serviço do Delegado de Saúde do ACES Grande Porto III — Maia/Valongo, Dr. Luís Manuel Miranda de Castro, Assistente Graduado Sênior da Carreira Especial Médica (área de Saúde Pública), sob proposta do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde Norte, I. P., ouvido o Diretor Executivo do referido ACES e com parecer favorável da Delegada de Saúde Regional e da Delegada de Saúde Coordenadora do mesmo ACES.

O presente despacho produz efeitos a 23 de abril de 2016.

7 de abril de 2016. — O Diretor-Geral da Saúde, *Francisco George*.

209524907

Despacho n.º 5738/2016

Ao abrigo do disposto no n.ºs 7, 8 e 10 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 82/2009, de 2 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 135/2013, de 4 de outubro, renovo a comissão de serviço da Delegada de Saúde do ACES Grande Porto III — Maia/Valongo, Dr.ª Isabel Cristina Ramos Silva Andrade, Assistente Graduado da Carreira Especial Médica (área de Saúde Pública), sob proposta do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde Norte, I. P., ouvido o Diretor Executivo do referido ACES e com parecer favorável da Delegada de Saúde Regional e da Delegada de Saúde Coordenadora do mesmo ACES.

O presente despacho produz efeitos a 28 de fevereiro de 2016.

7 de abril de 2016. — O Diretor-Geral da Saúde, *Francisco George*.

209524583

Despacho n.º 5739/2016

Ao abrigo do disposto nos n.ºs 7, 8 e 10 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 82/2009, de 2 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 135/2013, de 4 de outubro, renovo a comissão de serviço do Delegado de Saúde do ACES Grande Porto III — Maia/Valongo, Dr. Rui Manuel Gomes dos Santos, Assistente Graduado Sênior da Carreira Especial Médica (área de Saúde Pública), sob proposta do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde Norte, I. P., ouvido o Diretor Execu-